

representa.coop



INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 159

26 a 30 de agosto de 2024





Presidente da República faz indicação para a
presidência do Banco Central

- Veja como funciona o processo de nomeação do novo presidente do Banco Central.
- Quem é o indicado pelo presidente da República;
- O que faz, e qual a importância do Banco Central?

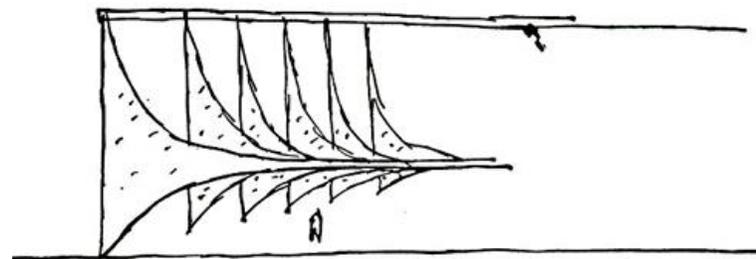
PRESIDENTE DA REPÚBLICA INDICA PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou nesta quarta-feira (28) o economista Gabriel Galípolo para presidir o Banco Central (BaCen). Galípolo atualmente faz parte da diretoria do BaCen e atua como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. A indicação foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto. O governo ainda tem 3 indicações de nomes para compor a diretoria do BaCen, e anunciou que fará essas indicações até o final do ano.

A indicação era muito aguardada pelo mercado, e a equipe econômica do governo avaliou o melhor momento para realizá-la, devido ao fato do ano eleitoral. A opção foi por fazer a indicação durante o período de 'esquenta das eleições'. Essa indicação é o primeiro passo para a sucessão do atual dirigente do BaCen, presidente Roberto Campos Neto, nomeado pelo governo anterior, cujo mandato encerra-se no fim de 2024.

A indicação de Galípolo é vista de forma positiva por agentes do mercado. Desde sua nomeação como diretor do Banco Central na atual gestão, os analistas de mercado têm demonstrado confiança em seu nome. O motivo dessa confiança é o fato do indicado ser economista de carreira, com experiência no setor privado e em parcerias público-privadas em programas de governos locais de diferentes matrizes ideológicas. A avaliação positiva é assim relacionada ao histórico de carreira de Galípolo, visto como alguém que pode trabalhar pela manutenção da independência do Banco Central.

Feita a indicação, quais são os próximos passos até a nomeação?



PROCESSO DE NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE DO BACEN

Após ser escolhido pelo presidente da República, o indicado para a presidência do Banco Central precisa do aval do Senado para assumir o cargo, conforme prevê a Constituição. O Artigo 52, inciso III, da Constituição Federal, atribui ao Senado a responsabilidade de aprovar as escolhas para os cargos de presidente e diretores do Banco Central, magistrados (como os ministros do STF), ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), procurador-geral da República, além de outros cargos determinados por lei.

No Senado, o indicado passa por uma 'sabatina de aprovação' na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o regimento do Senado, as perguntas dos senadores e as respostas do sabatinado têm um tempo estipulado de dez minutos, com a possibilidade de réplica e tréplica de cinco minutos cada. As questões não precisam se limitar a conteúdos técnicos ou ligados ao cargo pretendido. Além da sabatina de nomeação, a CAE tem a prerrogativa de convocar o presidente do Banco Central nas primeiras quinzenas de fevereiro, abril, junho e outubro de cada ano de mandato para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

Após a sabatina na comissão, o nome do indicado, junto com as informações coletadas durante a entrevista, é encaminhado ao plenário do Senado Federal. Para ser aprovado como presidente do Banco Central, o indicado precisa de 41 votos favoráveis dos 81 possíveis para ter sua nomeação confirmada.

Indicação pelo Presidente da República



Presidente da República indica o nome do Governo para assumir o BaCen.



Sabatina no Senado

Membros da Comissão De Assuntos Econômicos do Senado (CAE) sabatinam o indicado



Titular

Suplentes



Sen. Oriovisto



Sen. Flávio Arns

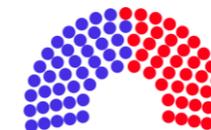


Sen. Sérgio Moro

Os três Senadores Paranaenses são membros da CAE e podem participar da sabatina.



Votação no Plenário do Senado



Indicado precisa de 41 votos favoráveis entre os 81 Senadores para ter a sua nomeação confirmada.

Confirmada a maioria para nomeação o novo presidente do Bacen assume depois do dia 31 de dezembro de 2024.

QUEM É GABRIEL GALÍPOLO?

Foi professor universitário, 2006 a 2012 nos cursos de graduação da PUC-SP, onde se formou.

Foi presidente do Banco Fator, instituição com tradição em programas de privatização e parcerias público-privadas (PPPs), de 2017 a 2021.

Ministrou aulas sobre PPPs e concessões na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespsp).

Em sua atuação na gestão pública, foi chefe da Assessoria Econômica da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, em 2007, na gestão do então governador José Serra (PSDB).

Assumiu o cargo de diretor de Estruturação de Projetos na Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo, ainda durante o governo José Serra.

Em 2009, fundou a Galípolo uma empresa de Consultoria, onde trabalhou até 2023.

Atua como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e Diretor do BaCen desde 2023.

Imagem – Gabriel Galípolo, indicado do Presidente da República para presidir do Banco Central entre 2025 e 2028:



Fonte: Banco Central do Brasil.

O QUE FAZ E QUAL A IMPORTÂNCIA DO BANCO CENTRAL

O Banco Central é uma autarquia do Poder Executivo federal, caracterizada pela ausência de vinculação a ministério, pois, a partir de 2021, passou a ter autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira, conforme a Lei Complementar 179. Seu objetivo fundamental é assegurar a estabilidade de preços, além de zelar pela estabilidade e eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego. Foi criado em 31 de dezembro de 1964 pela Lei nº 4.595 e iniciou suas atividades em março de 1965, uma vez que a Lei nº 4.595 entrou em vigor 90 dias após sua publicação.

Assim como outros bancos centrais do mundo, o Banco Central é uma das principais autoridades monetárias do país, sendo a principal delas o Conselho Monetário Nacional (CMN). O Banco Central recebeu suas competências de três instituições diferentes: a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional. É o principal agente financeiro do governo, além de ser o depositário do Tesouro Nacional e representar o governo perante instituições financeiras internacionais.

Entre suas funções básicas, o Banco Central é responsável por: (i) monitorar o sistema financeiro nacional; (ii) emitir a moeda do país, em quantidade definida e autorizada pelo Conselho Monetário Nacional; (iii) inserir ou retirar moeda do mercado, regular as taxas de juros e controlar as reservas de moeda estrangeira do país. Essas operações são conhecidas como "open market" (ou "operações de mercado aberto") e consistem principalmente na compra e venda de títulos públicos ou de moeda estrangeira; (iv) fornecer empréstimos exclusivos aos membros do sistema financeiro para regular a liquidez ou evitar falências que poderiam desencadear uma reação em cadeia de falências bancárias.

Além de toda a questão da política monetária, que é relevante para o cooperativismo. As cooperativas de crédito, por exemplo, são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central.

Imagem- Sede do BaCen em Brasília:



Fonte: Governo do Brasil.